

PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO 2010-2013

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013 deve

- Definir uma estratégia clara e credível de redução do défice e correcção do crescimento da dívida até 2013;
- Privilegiar a redução e contenção da despesa;
- Manter um quadro geral de estabilidade fiscal que não comprometa a competitividade e o emprego;
- Assegurar a sustentabilidade das finanças públicas enquanto suporte do crescimento sustentado da economia;
- Reforçar o quadro orçamental, orientando-o para uma orçamentação de base plurianual;
- Articular-se com uma política de reformas estruturais para a modernização e competitividade da economia portuguesa e para o combate ao endividamento externo.

É muito importante que o PEC seja visto pelos agentes económicos, pelos analistas e nas instituições internacionais como uma estratégia adequada e viável para atingir os seus objectivos, devendo, portanto, indicar as medidas necessárias. Ou seja, importa que o PEC seja **credível**.

A credibilidade do PEC depende da:

- **Fiabilidade** e, em face da incerteza ainda existente, **prudência dos pressupostos** macroeconómicos em que assenta
- Natureza, magnitude e eficácia das **medidas** preconizadas
- Percepção existente quanto à **capacidade do Governo** implementar tais medidas, o que depende da sua **reputação** e das condições políticas de **governabilidade** existentes

A **comunicação** do PEC é decisiva não só para a gestão política das condições de governabilidade, mas também para efeitos da sua credibilidade. Requer **realismo**. Não se pode ignorar a dificuldade da tarefa a efectuar, nem a exigência e os esforços implicados pelas medidas. Uma **justa e adequada distribuição destes esforços** pelos vários grupos sociais é fundamental.

1 - Concertação política e social

Ao apresentar a sua proposta de PEC antes de concluído na Assembleia da República o processo de aprovação do Orçamento de Estado para 2010, o Governo cumpre o calendário que tinha anunciado publicamente e com o qual se comprometeu no diálogo com os partidos políticos com representação parlamentar.

O desejo do Governo é que este documento de orientação estratégica da política económico-financeira para os próximos anos possa obter, nos seus objectivos e opções fundamentais, o contributo e a solidariedade responsável das diferentes forças políticas e dos parceiros sociais. Neste sentido, para além de ter tomado já em devida consideração, na elaboração da sua proposta de PEC, as diferentes

perspectivas que se têm manifestado na sociedade portuguesa sobre os problemas económicos e financeiros do País, o Governo promoverá, até à aprovação final do documento, as necessárias iniciativas de diálogo e concertação social.

2 - Evolução recente das finanças públicas

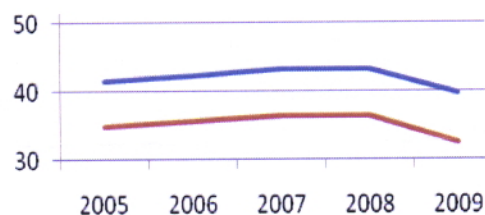
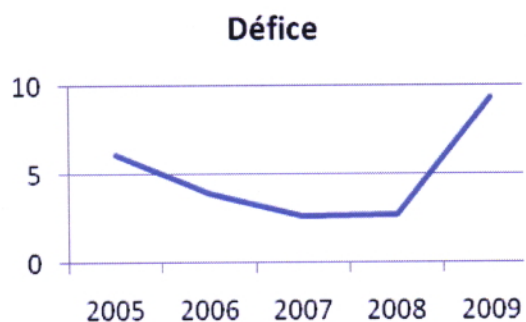
Consolidação orçamental bem sucedida entre 2005 e 2008. Redução do défice em 3,4 pontos do PIB: 1,8 pontos de redução do peso da despesa no PIB e 1,6 pontos de melhoria na receita.

Implementação de reformas estruturais importantes como as da Segurança Social, da Administração Pública, da simplificação administrativa (Simplex), da Educação, Inovação, Ciência e Tecnologia, da Energia, etc, que, para além dos seus efeitos orçamentais, contribuíram de forma decisiva para a redução de custos de contexto e, conseqüentemente, para a melhoria do ambiente de negócios no País. De destacar o impacto da reforma da Segurança Social que, de acordo com a Comissão Europeia, retirou Portugal do conjunto de países de alto risco no que se refere à sustentabilidade das suas finanças públicas.

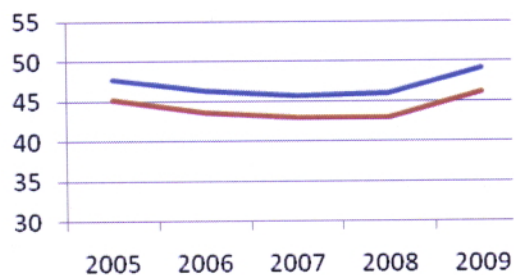
O desenrolar da crise financeira internacional e as suas repercussões na economia e no emprego, sobretudo a partir de finais de 2008, obrigou a medidas extraordinárias de estímulo à economia e de apoio às famílias mais carenciadas e afectadas. A incidência financeira deste esforço orçamental, a par da influência dos estabilizadores automáticos que se reflectiu em especial na queda acentuada da receita fiscal, está na base do agravamento do défice orçamental registado em 2009.

A consolidação orçamental operada entre 2005 e 2007 permitiu um perfil estável do rácio da dívida pública nesse período, o qual se agravou nos anos seguintes em consequência do esforço de apoio ao sistema financeiro e às empresas, designadamente através da redução dos prazos médios de pagamento do Estado, bem como das medidas extraordinárias de estímulo atrás referidas.

Em 2010, a par da necessária manutenção de apoios à economia e ao emprego, importa



— Rec.Total — Rec.Fisc



— Desp.Total — Desp.Prim

